

# Ideias hegemônicas na história do autismo

*Laíny Larreia da Silva*

Universidade Estadual de Londrina

Londrina - Paraná - Brasil

prof.inylarreia@gmail.com

---

**Resumo:** Esse artigo<sup>1</sup> analisa a história do transtorno do espectro autista, explorando como as influências advindas de diferentes períodos e contextos impactaram a vida das pessoas autistas e de seus familiares. No período da Segunda Guerra Mundial, 1.943, foi realizado o primeiro diagnóstico de autismo, o qual passou a ser considerado uma nova condição; então, a partir de discursos provenientes de diversos meios de comunicação começou a ser construída a ideia do que é o autismo e de como é a pessoa autista. Esses discursos, por sua vez, se respaldavam no conhecimento científico disponível/produzido, que recebeu visibilidade na época, impactando as condições de existência desse grupo. Entretanto, é importante salientar que a história é uma narrativa marcada pelas relações de gênero e, em alguns períodos históricos, por influências de ideias hegemônicas. O artigo contribui para compreender como se deu a construção de ideias estigmatizadas sobre o autismo.

**Palavras-chave:** Autismo. História do autismo. Estigma.

---

## Considerações iniciais

O modo como as pessoas autistas foram percebidas e compreendidas ao longo da história perpassa o acesso à informação e o cenário mundial. As informações que circulam são, por vezes, originadas a partir da concepção sobre diferentes e diferenças. Esse estudo é uma pesquisa histórica (Barros, 2017), sobre a história do autismo e como o pensamento sobre “os diferentes e as diferenças” predominante nesse período, década de 40, impactaram as condições de existência desse grupo. A metodologia é a descritiva e bibliográfica (Gil, 2022). a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já publicados e suas etapas envolvem a seleção do tema, o objetivo e a identificação das fontes bibliográficas – tais como livros, obras de referência, periódicos científicos, teses e dissertações, anais de encontros científicos e periódicos de indexação – leitura do material, tomada de apontamentos, construção lógica do estudo e redação (Gil, 2022).

O autismo é transtorno do neurodesenvolvimento (American Psychiatric Association, 2022) caracterizado por uma tríade comportamental composta por déficits

---

<sup>1</sup> Esse texto traz dados da dissertação de mestrado intitulada “Silenciamentos e estigmas na produção acadêmica sobre autismo”, desenvolvida na Universidade Estadual de Londrina (UEL), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

na comunicação e interação social e também, por padrões comportamentais repetitivos (American Psychiatric Association, 2022). Por ser um espectro, cada pessoa terá suas próprias características, não podendo ser compreendida a partir de conceitos generalistas. É pertinente ressaltar que o autismo é simultaneamente uma categoria médica e uma identidade social; seus aspectos médicos e históricos coexistem e será sobre esse segundo a análise desse estudo.

### **Desqualificação do feminino nas narrativas sobre autismo**

As relações de gênero perpassam o modo como a história de alguns grupos é narrada, por conseguinte “afetam o modo ‘como’ ela e alguns assuntos serão contados, o ‘conteúdo’ em si (o que é selecionado) e as interpretações realizadas em relação a determinados fatos históricos” (Lopes, 2021. p. 15).

Embora os trabalhos de Kanner e Asperger – que serão comentados posteriormente – tenham recebido notoriedade, Grunya Efmovna Sukhareva<sup>2</sup> foi a primeira pesquisadora, que se tem conhecimento, a elaborar uma descrição detalhada das características do autismo, em 1925. Segundo Sher e Gibson (2021), Sukhareva desenvolveu estudos considerados à frente de seu tempo, como as pesquisas sobre autismo no feminino, sendo considerada pioneira em “delinear quadros clínicos de meninos autistas numa revista russa em 1925 e numa revista alemã em 1926. Isto foi cerca de duas décadas antes de Kanner e Asperger publicarem os seus trabalhos seminais sobre o autismo” (Sher e Gibson, 2021. p. 476, Tradução nossa<sup>3</sup>).

Sukhareva publicou uma ampla descrição sobre seis pessoas com idades entre 4 e 14 anos com características do que no DSM-V-TR é conhecido como Transtorno do Espectro Autista (Posar e Visconti, 2017; Sher e Gibson, 2021); seu artigo foi publicado pela primeira vez em 1925 na revista de língua russa *Voprosy pedagogii i detskoï psikhonevrologii* / *Questions of Pedology and Child Psychoneurology* e em 1926 ela publicou trabalhos centrados em discutir as diferenças e semelhanças da condição observadas entre homens e mulheres; diferente dos pesquisadores do período e das

---

<sup>2</sup> Grunya Efmovna Sukhareva foi uma mulher judia pesquisadora nascida em 11 de novembro de 1891, formou-se no Instituto Médico de Kiev em 1915; entre 1917 e 1921, atuou como psiquiatra no Hospital Psiquiátrico de Kiev, de 1928 a 1933 foi professora no Instituto Médico de Moscovo e foi também, diretora do Hospital Psiquiátrico Kashchenko de Moscovo de 1931 a 1951.

<sup>3</sup> “Sukhareva is perhaps now best known as the first academic to delineate clinical portraits of autistic boys in a Russian journal in 1925 [4] and a German journal in 1926. This was some two decades before Kanner and Asperger published their seminal papers on autism”.

décadas posteriores ela não considerava o autismo uma condição específica do masculino (Sher e Gibson, 2021).

Nesse sentido, há paralelos impressionantes entre a descrição clínica de Sukhareva e o atual DSM-V-TR, visto que descrições presentes no documento já eram observadas por ela em 1925 (Posar e Visconti, 2017; Sher e Gibson, 2021). Segundo Sher e Gibson (2021), o tom das pesquisas de Sukhareva era empático, se concentrando no sucesso que as crianças tinham em seu desenvolvimento quando recebiam acompanhamento, seus talentos (como música, arte e memória) e potenciais.

Sukhareva ressaltava em suas pesquisas os laços afetivos entre as crianças e suas famílias e, em sua perspectiva, o autismo não era fruto da relação mãe e bebê, mas sim, residia em causas neurobiológicas, visto que ela indicou em seus estudos a ideia de hereditariedade do autismo. Ademais, Sukhareva “indicou sua crença em um substrato anatômico do autismo; uma ‘diferença inata’ do cerebelo, dos gânglios basais e dos lobos frontais” (Sher e Gibson, 2021. p. 481. Tradução nossa<sup>4</sup>). As afirmações de Sukhareva “são agora apoiadas por pesquisas modernas de neuroimagem” (Sher e Gibson, 2021.p. 481. Tradução nossa<sup>5</sup>).

Entretanto, os estudos de Sukhareva permaneceram desconhecidos por muitos anos, tendo sua primeira tradução para a língua inglesa em 1995. Ela foi citada por Kannner, mas não em seu artigo e nunca foi citada por Asperger. Nesse sentido, novamente, é válido evidenciar que Sukhareva era uma mulher judia, que Asperger fez declarações antissemitas durante sua carreira (Sher e Gibson, 2021) e era ligado a grupos extremistas do partido nazista (Sheffer, 2019).

As narrativas que se tornaram conhecidas naquele período foram feitas então, por homens e centradas no masculino, sobre essa ausência do feminino no que tange a condição, as mães e também sobre quem produzia conhecimento sobre autismo entende-se, em Lopes (2019, p.18), que, “quando a existência feminina não pode ser obliterada, sua fala é desqualificada”.

---

<sup>4</sup> “Sukhareva indicated her belief in an anatomical substrate of autism an ‘inborn abnormality’ of the cerebellum, basal ganglia and frontal lobes.”

<sup>5</sup> “Sukhareva’s assertions are now backed by modern neuroimaging research, which has linked these brain areas to autism”.

## Autismo e Segunda Guerra Mundial: Consequências das ideias hegemônicas

Portanto, para compreender as complexidades históricas do autismo, é preciso relembrar o regime nazista e a Segunda Guerra Mundial, isto porque, o modo como uma determinada condição é percebida está ligada a um determinado tempo e espaço. Cumpre observar as consequências de ideias hegemônicas, os processos de estigmatização, os perigos que a falta de informação, a presença de discursos sem comprovações e as lacunas de conhecimento proporcionam. “Entre as décadas de 1920 a 1940, assiste-se o desenvolvimento de teses pseudocientíficas<sup>6</sup> para se pensar o corpo ausente de doenças; a eugenia é uma dessas pseudociências” (Ducatti, 2015, p. 262). Foi nesse período que os estudos que ganharam visibilidade sobre autismo foram desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos e no território alemão (Donvan; Zucker, 2017; Sheffer, 2019).

Em 8 de setembro de 1933 – ano em que o Nazismo assumiu o poder na Alemanha – nascia um menino nos Estados Unidos, Donald Triplett. À medida que crescia, Donald demonstrava pouco interesse pelo mundo exterior e não gostava de ter suas atividades interrompidas; ele gostava de escrever no ar e girar tampas de painéis. Ao mesmo tempo, Donald tinha uma incrível capacidade de recordação, ou seja, havia um emparelhamento entre déficits e talentos (Donvan; Zucker, 2017).

Em 1937, Donald foi levado para o Preventorium (sanatório fundado em 1930, no Mississippi), onde o especialista sugeriu que sua mãe (Mary) havia feito algo de errado na criação de seu filho e que o melhor era separar Donald dos pais, mantendo-o no Preventório. Com o passar do tempo, Donald perdeu “o brilho que tinha nos olhos” e se tornou melancólico e silencioso, ele já não sorria (Donvan; Zucker, 2017). Sobre a permanência de Donald no sanatório é relevante destacar que esse tipo de instituição, instituição total, tem como característica ser um lugar no qual “todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade” (Goffman, 1961, p. 17), privando o indivíduo de vivenciar experiências em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes. E essa barreira colocada pelas instituições funciona como uma “mutilação” da ideia que a pessoa tem sobre si mesma, uma vez que ela “começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral” (Goffman, 1961, p. 24).

---

<sup>6</sup> Pseudociência “trata de sistemas de crenças que buscam se validar por meio de confirmação de suas afirmações, nunca ou raramente produzindo afirmações passíveis de falseamento [...] é muito frequente, também, que esses sistemas procurem validar como científica sua compreensão de mundo. Evidentemente não são” (Pilati, 2022. p. 105).

Na perspectiva de Goffman (1961), os sanatórios/manicômios são instituições totais, ou seja, têm como característica um fechamento total construído tanto pela barreira social quanto pela própria estrutura física (arame farpado, portas fechadas, muros altos); nas palavras do autor, elas são como “estufas para mudar pessoas” (Goffman, 1961, p. 22). Embora tenham elementos distintos entre si, o que permite distinguir as instituições totais “é o fato de cada uma delas apresentar, em grau intenso, muitos itens dessa lista” (Goffman, 1961, p. 17), permitindo ter aspectos comuns.

As instituições totais, de acordo com Goffman (1961), podem ser compreendidas por meio de cinco tipos e intenções. A primeira se refere às instituições criadas para cuidar de pessoas ditas incapazes, como, por exemplo, as casas de idosos e os orfanatos; a segunda compreende as criadas para cuidar de pessoas consideradas, ao mesmo tempo, incapazes e uma ameaça à comunidade, como o caso dos sanatórios; a terceira corresponde às instituições organizadas “para proteger a comunidade dos perigos intencionais, e bem-estar das pessoas assim isoladas, não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração” (Goffman, 1961, p. 17). Um quarto tipo seria aquela com intenção de realizar trabalhos específicos, como o caso dos quartéis e navios. Por fim, o quinto tipo são “os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo [...] é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros” (Goffman, 1961, p. 17).

Em 1938, o pai de Donald – mencionado anteriormente – escreveu uma extensa carta de 33 páginas – relatando as características de seu filho – para Leo Kanner, um psiquiatra da Universidade Johns Hopkins (Donvan; Zucker, 2017). Nesse mesmo ano, na Alemanha nazista, foi discutido por Hitler e uma equipe de quinze médicos, o programa de assassinato sistemático de crianças. O resultado da reunião foi a publicação de um decreto, no dia 18 de agosto, “exigindo que médicos, enfermeiros e parteiras informassem sobre bebês de até 3 anos com deficiências mentais e físicas, incluindo diagnósticos vagos como ‘idiotia’ e ‘más-formações de todos os tipos” (Sheffer, 2019, p. 94).

No território Nazista havia 37 “alas para crianças especiais”, onde regularmente ocorriam assassinatos médicos, e “para incentivar a cooperação, médicos e enfermeiras eram pagos por cada criança indicada e, nos centros de eutanásia, recebiam o que alguns chamavam de ‘dinheiro sujo’: bônus salariais e benefícios pelas crianças que matavam” (Sheffer, 2019, p. 94).

Em 1º de setembro de 1939, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial, acentuando o radicalismo. Nos meses seguintes, mais de 12 mil pacientes de hospitais para doenças mentais foram fuzilados ou mortos em vagões de gás. Por exemplo, os pacientes de locais como o asilo de Conradstein, que foram postos na fila “ainda vestidos com as roupas do asilo, alguns usando até mesmo camisa de força, na beira de uma vala, e os oficiais da Gestapo do Velho Reich atiraram neles, um a um, na nuca. Os doentes mentais caíram na vala ao serem executados” (Evans, 2012, p. 75); situações semelhantes ocorreram em outras cidades como Srebrzysk, Gniiew, Probuty, Swiece, Chojnice, Wejherowo. É válido pontuar que “os verdadeiros motivos para as chacinas não foram práticos nem instrumentais, mas ideológicos” (Evans, 2012, p. 76).

Nesse período, enquanto o autismo era pesquisado por Kanner nos Estados Unidos, era também pesquisado por Asperger na Viena Nazista e, em 1941. Asperger fundou a Sociedade Curativa de Viena – seus cofundadores eram Max Gundel, Erwin Jekelius e Franz Hamburger – cujo objetivo era sincronizar o tratamento de crianças em Viena. Contudo, “os estudiosos suspeitam que a organização possa ter disseminado a diretriz da eutanásia infantil nos bastidores ou ao menos tentado aproximar as instituições infantis municipais de Spiegelgrund” (Sheffer, 2019, p. 119).

Pensada por Francis Galton, após se inspirar no livro “*A origem das Espécies*”, de Darwin, a eugenia foi uma pseudociência que objetivou uma seleção humana na qual foram consideradas características físicas e comportamentais para se pensar o humano ideal (Ducatti, 2015). Nesse sentido, sobre a ideia de haver um modelo ideal de ser humano, são palavras de Adolf Hitler (1983, p. 185 *apud* Teixeira; Silva, 2017, p. 70): “O papel do mais forte é o de dominar e não de fundir-se com o mais fraco, sacrificando assim sua própria grandeza. Só o fraco de nascimento pode achar esta lei cruel”.

É oportuno lembrar que a eugenia foi amplamente adotada na Alemanha nazista, culminando no Holocausto (Ducatti, 2015; Teixeira; Silva, 2017; Sheffer, 2019). O termo eugenia vem do grego, cujo significado é “bem-nascidos” (Teixeira; Silva, 2017); nesse contexto, houve um controle social que visava uma Higiene Racial. Sendo assim, após 1920, com a radicalização da eugenia, as organizações eugênicas passaram a defender a ideia de que a reprodução dos “inadequados” deveria ser evitada, dando início a práticas “como a esterilização dos doentes mentais e a segregação dos considerados ‘inimigos da raça’ [...] além dos judeus, os indesejáveis eram negros, ciganos, homossexuais e doentes mentais” (Teixeira; Silva, 2017, p. 69). Sobre a acentuação do

radicalismo e a tentativa de eliminação de grupos humanos, o trecho de Teixeira e Silva (2017, p. 68) permite melhor compreensão.

A partir de 1920, houve uma radicalização dos ideais eugênicos e das práticas eugênicas. Passou-se da pregação da necessidade de uma eugenia positiva (estímulo a casamentos e reproduções daqueles considerados os melhores membros da sociedade), para necessidade de uma eugenia negativa, que visava “evitar a reprodução dos inadequados”.

Entre as políticas de extermínio disseminadas pela eugenia, está a eutanásia. Sobre as ligações de Asperger com grupos extremistas, nesse contexto, a historiadora Sheffer (2019, p. 43) relembra que ele:

Era membro de várias organizações antiliberais, antissocialistas, antimodernistas e antisemitas. Além da Frente Patriótica, em 1934 ele se filiou à Associação de Médicos Alemães na Áustria, que promovia os objetivos nacionalistas alemães.

Assim como na Alemanha Nazista, nos Estados Unidos também houve a defesa da eutanásia e práticas de esterilização. Neste país, em 1942, o *American Journal of Psychiatry*, na edição de julho, divulgou uma defesa formulada por Robert Foster Kennedy (neurologista americano) da eutanásia de crianças denominadas mentalmente deficientes. Porém, houve quem discordasse fortemente de tais ideias, como Leo Kanner. É válido enfatizar que, Kanner, embora tenha sido um grande responsável pela estigmatização das famílias de pessoas autistas, e defendesse erroneamente o autismo como fruto da relação entre mãe e bebê, (Abreu, 2022; Donovan e Zucker, 2017; Sheffer, 2019) combateu fortemente a política de eutanásia e esterilização contra as pessoas com deficiência (Donvan; Zucker, 2017), ou seja, diferente de Asperger, ele não defendia ideias eugenistas (Donvan e Zucker, 2017).

Em 1942, Kanner, ao analisar a carta supracitada, do pai de Donald, e examinar várias outras crianças com características semelhantes, se vê diante do que seria um novo diagnóstico (que ele chamou de distúrbio autista do contato afetivo), sendo Donald, em 1943, o primeiro “caso” identificado de autismo – termo semelhante ao que havia sido empregado em 1910 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler (Donvan; Zucker, 2017). Ainda em 1943, em seu artigo intitulado “Distúrbios autísticos do contato afetivo”, elaborado com base na observação de 11 crianças, desde 1938 – dentre elas Donald Triplett – Kanner descreveu o autismo por meio de características semelhantes ao conceito de Asperger, em 1938, e “por causa da similaridade entre as duas obras, especulou-se que Kanner estava familiarizado com a palestra de Asperger e se apropriou de suas ideias sem lhe oferecer crédito” (Sheffer, 2019, p. 54).

Todavia, embora Kanner estivesse familiarizado com as publicações de língua alemã, “é improvável que recebesse edições regulares da revista semanal não especializada, na qual a palestra de Asperger foi publicada, o *Semanário Clínico Vienense*. A publicação já esposava das duras políticas raciais do Terceiro Reich” (Sheffer, 2019, p. 54), outra possibilidade é que Kanner não tenha citado Asperger porque tais ideias pertenciam a Georg Frankl e Anni Weiss, autores que também atribuíam o autismo a questões do contato afetivo – esses foram citados.

Já na Alemanha nazista, os psiquiatras também observaram o distanciamento social dessas crianças, mas as viram como um problema para a sociedade, visto que o estado nazista requeria um senso de pertencimento nacional e para tal era necessário que se forjassem laços coletivos: “o Terceiro Reich educava as crianças para a vida comunal desde muito cedo” (Sheffer, 2019, p. 58); isto porque a ciência racial era parte importante do currículo escolar alemão, levando-as a acreditar na existência de raças superiores.

Um ano depois de Kanner descrever o autismo pela primeira vez, Hans Asperger descreveu autistas leves (termo que não é mais utilizado) chamando o conjunto de características observadas de psicopatia autística, na qual a pessoa apresentaria inteligência global normal, porém desarticulada (Sheffer, 2019; Silva, 2022).

Em 1944, Asperger afirmou nunca ter encontrado um caso de psicopatia autista em meninas nas mais de duzentas crianças identificadas por sua clínica, mas “admitiu que as mães de algumas crianças autistas apresentavam ‘características autistas’ e algumas meninas tinham ‘perturbações de contato que lembram a psicopatia autista’” (Sheffer, 2019, p. 159). Ao distinguir meninos e meninas, Asperger resumia-se à inteligência “expandindo o estereótipo de gênero de sua época, ele baseou a ideia de psicopatia autista nas diferenças em suas capacidades cognitivas. Para ele, psicopatia autista era pensamento abstrato por excelência” (Sheffer, 2019, p. 160).

Dito de modo simples, a “abstração é compatível com os processos de raciocínio masculinos, ao passo que os processos de raciocínio femininos se baseiam mais intensamente em sentimentos e instintos”. Essas eram o que Asperger chamou de fundamentais “diferenças sexuais em termos de inteligência”. Assim, “a personalidade autista é uma variante extrema da inteligência masculina” e mesmo “do caráter masculino” (Sheffer, 2019, p. 160).

Asperger estabeleceu uma linha entre o que ele considerava crianças de valor positivo e crianças de valor negativo e concluiu que, na parte intermediária, os aspectos negativos superam os positivos. De modo que estabeleceu como sendo de pouco valor social as crianças que ele considerava mais deficientes, negando sua humanidade e



denominando-as como “autômato autista”, referindo-se “não apenas a ausência de valor produtivo para a sociedade dessas crianças, mas também a sua incapacidade de sentimento social” (Sheffer, 2019, p. 168).

A historiadora Edith Sheffer (2019, p. 170) pontua que “o programa de eutanásia infantil foi criado para assassinar crianças com supostas deficiências físicas, mas Spiegelgrund também se preocupava com o pertencimento social”, portanto, estar “alienado” da sociedade era um critério para matar. Outro aspecto a ser pontuado é que 70% das crianças não apresentavam disfunções fisiológicas quantificáveis, e os relatos de sobreviventes apontam que as crianças eram punidas por qualquer passo em falso. Sobre a situação dessas pessoas e o tratamento violento, Sheffer (2019, p. 176) exemplifica que:

A equipe podia distribuir “injeções de vômito” como punição. Essas injeções de apomorfina induziram horas de dores estomacais, vômitos e náusea. [...] A equipe também dava às crianças ‘tratamento de enxofre’, injeções de enxofre e compostos relacionados que causavam dor extrema e paralisia.

Sobre as vivências angustiantes em algumas instituições – como sanatórios e campos de concentração – Goffman (1961) destaca que ao entrar na instituição a pessoa passa a ser despida de suas características relativas à aparência usual (como corte de cabelo, estilo de roupas, sapatos, utensílios para tal, como pentes e produtos de higiene), provocando uma desfiguração pessoal. Além disso, em alguns casos, a deformação pessoal ocorre de maneira direta, por meio de mutilações físicas, levando a pessoa a perder o sentido de segurança social e a viver em constante estado de angústia, por ser alvo de situações como pancadas e tratamentos de choque. Diante do cenário de angústia, a pessoa passa a ter seus gestos e ações controlados, uma vez que será punida se não cumprir (Goffman, 1961). Goffman aponta a deferência obrigatória como sendo um elemento importante nas instituições totais:

Um aspecto importante disso é o padrão de deferência obrigatória das instituições totais; muitas vezes, os internados são obrigados a, em sua interação social com a equipe diretora, apresentar atos verbais de deferência – por exemplo, dizendo “senhor” a todo o momento. Outro exemplo é a necessidade de pedir, importunar, ou humildemente pedir algumas coisas pequenas – por exemplo, fogo para cigarro, um copo d’água ou permissão para usar o telefone (Goffman, 1961, p. 30).

Sobre as relações entre o estigmatizado e quem o vigia, em instituições como sanatórios e campos de concentrações, entende-se que acontece uma divisão nas instituições totais, ou seja, há “um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados; e uma pequena equipe de supervisão” (Goffman, 1961, p. 18). O

primeiro grupo não tem contato com o mundo interno, ao passo que o segundo tem, e cada grupo entende o outro de um modo estereotipado: “a equipe de dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos” (Goffman, 1961, p. 19). Ademais, os contatos, conversas e transmissão de informação são restritos, permitindo a conservação de estereótipos (Goffman, 1961).

Retomando, de acordo com Sheffer (2019), alguns pacientes recebiam visitas de seus familiares regularmente. Muitas vezes estes não sabiam da violência sofrida, mas os internados não contavam sobre suas vivências por medo de seus entes sofrerem, ou também serem internados, caso “lutassem” para levar seus filhos de volta para casa. Além disso, “os familiares desesperados nem sempre conseguiam ir até Spiegelgrund para verificar a condição de seus filhos, oferecer conforto e insistir na liberação” (Sheffer, 2019, p. 189). Como exemplo, cita-se o trecho de uma carta escrita de uma mãe para sua filha, que foi condenada à morte, posteriormente, por ter paralisia espasmódica dos quatro membros:

Anna Luise fora transferida para Viena de uma instituição infantil em Hamburgo. Sua mãe escreveu: “Minha querida Anneliese, meus pensamentos estão sempre com você, mamãe vai vê-la em breve, o que será uma grande alegria [...] agora minha querida Anneliese, continue a se comportar e ser muito boazinha até que possamos nos ver novamente; os melhores votos do fundo do meu coração” (Sheffer, 2019, p. 182).

Ainda sobre as situações familiares, seja nos Estados Unidos ou no território nazista, Lopes (2021) relata que, no período da Segunda Guerra Mundial, o modelo feminino, dito ideal, era o da “mulher patriota”. As mulheres americanas, por exemplo, tiveram de participar dos esforços da Guerra, assumindo diversos serviços outrora ocupados por homens e, no que tange especificamente ao autismo nesse cenário, vale relembrar que:

No caso do autismo, podemos dizer que – ao menos ao longo das décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos e no Reino Unido – a culpa não foi apenas uma espécie de tempero no exercício da maternidade: ela era o próprio cerne, aquilo que diferenciava negativamente as mães dos autistas das mães de crianças neurotípicas. A culpa era “o último baluarte”, a reafirmação do uso dos conhecimentos acadêmicos para a afirmação do étnos machista (Lopes, 2019, p. 56).

Apesar disso, no pós-guerra, a possibilidade de a mulher trabalhar voltou a ser questionada a partir de ações antifeministas (Lopes, 2021). Ou seja, nesse cenário, o modelo ideal de família, reforçado por meio de uma ação midiática, era a androcêntrica, “composta por um homem branco (bem-sucedido em seu trabalho e provedor econômico

do lar), uma mulher dedicada exclusivamente ao marido e à maternidade e filhos belos e saudáveis” (Lopes, 2021, p. 180).

Ainda segundo Lopes (2021), essa intensa campanha governamental e midiática resultou no aumento de aproximadamente 11 milhões no número de crianças nos Estados Unidos, da década de 1950 para a década de 1960. Contudo, o papel exigido socialmente para a mulher estava para além da maternidade, era exigido o retrato da “boa mãe”. O trecho a seguir dialoga sobre como as teorias da época retratavam a boa mãe.

Cabe salientarmos que não bastava ser mãe, era necessário seguir as normativas médicas imperantes nesse contexto. Badinter nos informa que no pós-Segunda Guerra Mundial inúmeros psicanalistas “[...] tornaram-se célebres traçando o retrato da boa mãe e dando conselhos às mulheres em livros escritos especialmente para elas, ou os veículos de comunicação de grande difusão”, estando entre as principais referências os doutores Spock, Dolto e Winnicott. De um modo geral, as teorias psicanalíticas, ao abordarem a maternagem, defendiam no pós-guerra que a “boa-mãe” era aquela que não apenas era “absolutamente devotada” aos filhos, mas também sentia prazer nesse ato de abdicação de si em prol da criança (Lopes, 2021, p. 181).

Sobre o retrato de “boa mãe” exigido na época, e a culpabilização que as mães de pessoas autistas sofreram na década de 40, é apropriado lembrar que, em suas primeiras ideias sobre autismo, Kanner considerou que suas características eram visíveis desde o início da vida. Isto é, que não poderia ser atribuída às primeiras relações parentais; diferenciando autismo e esquizofrenia, por considerar o primeiro inato, chegando a empregar a palavra ‘congénito’ em seu artigo de 1943 (Donvan e Zucker, 2017). Porém, as pesquisas de Kanner não foram alvo de atenção antes de ele começar a usar a imagem da mãe geladeira, se distanciando de sua ideia inicial.

Ainda sobre as primeiras considerações de Kanner a respeito do autismo, o fato de chamar o autismo de congênito ia contra “a tendência dominante no pensamento referente à doença mental. Na opinião da psiquiatria, a doença mental sempre era causada por experiências emocionais traumáticas e as mães quase sempre tinham um papel no problema” (Donvan e Zucker, 2017, p. 102). Sobre a culpabilização das mulheres e os termos utilizados para se referir a elas na época:

No caso da esquizofrenia, havia até uma expressão para designar esse papel: o da “mãe esquizofrenogênica”. Afinal de contas, se o autismo pertencia à coluna da esquizofrenia, é fácil imaginar como Kanner há de ter começado a refletir sobre o que as mães de autistas teriam feito para causar autismo nos filhos (Donvan; Zucker, 2017, p. 102).

Em 1948, Kanner “disseminou, pela primeira vez, a equivocada correlação do autismo com a falta de afeto de seus genitores” (Abreu, 2022, p. 14); essa associação

equivocada estigmatizou as famílias de pessoas autistas (Lopes, 2021; Abreu, 2022). Ou seja, Kanner contribuiu tanto quanto para um “novo campo de estudos e atuação referentes ao psiquismo humano (o autismo) como para a emergência de um estigma que durante décadas perseguiu – e infelizmente ainda persegue – as mães de crianças diagnosticadas com autismo” (Lopes, 2021, p. 185). Ainda sobre essa culpabilização, Abreu pontua sobre o papel que os meios de comunicação exercem nessa propagação de estigmas.

Essa correlação gerou um estigma devastador para famílias de crianças autistas, que se viram culpadas pela deficiência de seus filhos. A popularização da noção de “mãe-geladeira” foi sustentada pelos meios de comunicação de massa com a autoridade discursiva de psicanalistas como Bruno Bettelheim (BUMILLER, 2013). Por outro lado, foi também pelos meios de comunicação que começou a se desenvolver um ativismo parental que questionava a autoridade profissional e iniciava o debate por políticas públicas (Abreu, 2022, p. 14).

Sob o título “*Medicine: Frosted Children*”, uma reportagem da *Time*, datada de 26 de abril de 1948, teve como objetivo apresentar aos leitores “a existência daqueles raros ‘esquizoides de fraldas’, que ficavam ‘felicíssimos quando estavam sozinhos” (Donvan e Zucker, 2017, p. 91). No fim da reportagem, os autistas foram referidos como “jovens patéticos” filhos de pais “defeituosos e gelados”; segundo a reportagem, aquelas crianças, disse o especialista, “ficavam simplesmente guardadas em uma geladeira que não descongelava” (Donvan e Zucker, 2017, p. 91).

Em 1949, Kanner novamente publicou um artigo – seu terceiro – sobre o que ele chamava de autismo infantil precoce. Neste artigo, os pais de autistas, com ênfase nos pais de Donald Triplett, mas também nos demais acompanhados por ele, receberam tratamento impiedoso no qual foram considerados “reprováveis” como pais. Os familiares receberam adjetivos que propunham ideia de frieza e indiferença, Kanner “prosseguiu falando no ‘tipo mecânico’ de atenção que as mães davam aos filhos e na generalizada falta de carinho maternal’ – tão pronunciada que ele detectava em questão de segundos quando uma família nova chegava a sua clínica” (Donvan e Zucker, 2017, p. 100).

Em síntese, ele concluía que as crianças com autismo “parecem estar em um ato de se apartar de sua situação [doméstica] para procurar conforto na solidão”. Era um protesto contra o aprisionamento nas “geladeiras emocionais” da vida em família (Donvan e Zucker, 2017, p.100).

Aqueles que se relacionam, como pais e amigos, com uma pessoa estigmatizada – aqui o autista – compartilham um pouco do descrédito do estigmatizado, isso porque

essas pessoas serão consideradas pela sociedade mais ampla como uma só pessoa com o estigmatizado, ou seja, “os problemas enfrentados por uma pessoa estigmatizada espalham-se em ondas de intensidade decrescente” (Goffman, 1988/2022, p. 39).

Abreu (2022, p. 14) lembra que “familiares-pesquisadores como Bernard Rimland, nos Estados Unidos, e Lorna Wing, no Reino Unido, tiveram um importante papel em demonstrar que o trabalho científico e o ativismo do autismo não precisavam ser totalmente dissociáveis” e que as contribuições profissionais do autismo auxiliaram as pessoas autistas e seus familiares a se reconhecerem enquanto minorias. Sobre as terapias para autismo no período em que os familiares eram culpabilizados, Jesus (2022, p. 28) destaca:

Outro fator discutido durante décadas foi a teoria da mãe geladeira. Em 1948, foi publicada uma reportagem da Revista Time que discorria que o autismo era causado por traumas psicológicos advindos de pouco afeto parental, especialmente das mães (Dovan & Zucker, 2017, p. 91). Nesse período, o tratamento para autismo consistia em que as mães se recordassem do que haviam feito para os filhos que pudesse ter causado algum trauma psicológico (Dovan; Zucker, 2017, p. 87).

Donvan e Zucker (2017) mencionam, dentre incontáveis famílias, o caso de Rita e Steven (1966) – seu filho autista. Ao buscar ajuda profissional, Rita teve que aceitar também ser tratada, visto que o veredicto dos profissionais apontava que “o autismo era causado por mães que não amavam suficientemente seus filhos” (Donvan e Zucker, 2017, p. 86). As reuniões das mães com as assistentes sociais consistiam em atividades confessionais em que elas tentavam lembrar suas situações vividas — desde as primeiras semanas de vida de seus filhos —, na busca por encontrar o momento no qual haviam feito algo errado e o autismo começara; era um trabalho “baseado na presunção de que os filhos tinham nascido ‘normais’ e depois, de algum modo, a própria mãe lhes infligira uma ferida psíquica” (Donvan e Zucker, 2017, p. 87).

Ainda em 1966, Kanner se manifestou publicamente negando a responsabilidade na culpabilização dos pais. Ele afirmou ter sido um “grande mal-entendido”, alegando que fora citado de maneira errônea, pois, em suas palavras, ele teria sido inequívoco ao afirmar que o autismo era inato.

Então, pronunciou oito palavras de efeito eletrizante: ‘De modo que eu os absorvo como pais’. Todos entenderam o que aquilo significava. Kanner estava dizendo às mães presentes e às ausentes que elas não tinham nenhuma culpa pelo distúrbio dos filhos (Donvan e Zucker, 2017, p. 87).

O som dos aplausos “richotearam” as paredes e saíram pelas janelas, algumas mães choraram e os pais também, “era o som da vergonha reprimida que se libertava”

(Donvan e Zucker, 2017, p. 102). A partir de então, a resistência à ideia de culpabilização passou a crescer ainda mais. Nesse sentido, é oportuno ressaltar que o conhecimento científico disponível exerce influência na concepção que as pessoas têm sobre um determinado grupo e a desconstrução de estigma passa pela produção, e divulgação, de conhecimento.

No entanto, apesar da fala de Kanner, em 1966, retirando a culpa dos familiares, Lopes (2019) relembra que, no final da década de 1960 o livro *Fortaleza Vazia* de Bruno Bettelheim, de 1967 (publicado no Brasil em 1987 pela editora Martins Fontes), foi uma das principais referências na compreensão do Autismo, “Bruno Bettelheim foi o amplificador de ideias sexistas que imperavam nos Estados Unidos (tendo, inclusive, impactos no Brasil)” (Lopes, 2019.p. 61).

No verão de 1971, uma nova fala – para milhões de telespectadores – voltou a impactar os pais de autistas. O psicanalista Bruno Bettelin afirmou, no programa de Dick Cavalcant, que o autismo era uma forma de desespero, pois para sobreviver é preciso se sentir terrivelmente importante para alguém. Foram palavras de Bettelin: “No caso das crianças extremamente perturbadas, não só ninguém se preocupava como também havia a ideia de que seria melhor se elas não vivessem...” (Donvan; Zucker, 2017, p. 87).

Essa fala induziu milhares de telespectadores a olharem para as mães e os pais, de autistas com antipatia, a partir daquele dia; “médicos, professores, estudantes de psicologia, sogras, vizinhos – todos eles ouviram aquilo da mesma maneira. Quando crianças tinham autismo, era porque suas mães as queriam mortas” (Donvan; Zucker, 2017, p. 102). Sobre a aceitação, por parte da população, das ideias aqui mencionadas, tem-se:

A legitimação das ideias de Bruno Bettelheim vinha ao encontro de uma agenda conservadora que buscava deslegitimar uma outra agenda que se tornava cada vez mais forte. Referimo-nos à ascensão do movimento feminista e de suas pautas de emancipação feminina, fato que trazia para a cena pública o debate acerca da maternidade (LOPES, 2019. p. 60).

Porém, ao mesmo tempo, os estudos que acreditavam numa base neurológica estavam em crescimento, e no final da década de 70, as pesquisas com gêmeos começaram a demonstrar as primeiras evidências de que autismo consiste em base genética. Nesse período, começaram a surgir críticas à falta de rigor científico das teorias afetivas e questionamentos sobre as lacunas de conhecimento sobre esse tema que ainda não estavam preenchidas. Entre os críticos que surgiram nesse período, Lopes (2019) cita

alguns pais de autistas como Molly Finn, Josh Greenfeld, Clara Park e Bernard Rimland. Em especial sobre Rimland, Lopes relembra que:

Cabe ressaltar a importância do livro *Infantile autism: the syndrome and its implication for a neural theory of behavior*, publicado originalmente em 1964, de autoria do psicólogo Bernard Rimland. A obra é apontada como a primeira a considerar o autismo como um distúrbio essencialmente neurológico (Lopes, 2019, p. 67).

Retomando a história de Donald Triplett (diagnóstico 1 de autismo) aqui citado, não foi mais para hospitais após o diagnóstico, ele foi entregue por seus pais em 1943 para morar com um casal de agricultores que não tinha filhos (Ernest e Josephine Lewis), onde ele foi aceito e bem-quisto. Donald não perdeu o contato com seus pais e avós biológicos, mas sim passou a ter mais uma família (Donvan; Zucker, 2017). Na fazenda dos agricultores, ele passou a explorar livremente suas curiosidades matemáticas:

Donald também ficou encantado com o processo de medida e passou a usar o metro em tudo quanto encontrava na fazenda, tratando de saber o comprimento, a altura, a profundidade e a largura do que quer que fosse. Uma vez mais, Ernest pensou nisso e, quando a fazenda precisou de um poço novo, recrutou Donald para ajudá-lo a cavar, apresentando a atividade como um projeto de medição: qual é a profundidade do poço agora? A que profundidade pode chegar? (Donvan; Zucker, 2017, p. 70)

Donald Triplett cresceu, estudou, terminou o ensino médio e ingressou na faculdade (na East Central Community College), fez duas graduações, Francês e Matemática (Donvan; Zucker, 2017). Donald Triplett viveu de 8 de setembro de 1933 a 15 de junho de 2023 (89 anos), deixando um grande legado para a história do autismo.

Sobre o cenário brasileiro, e os acontecimentos, que ocorreram durante o período citado acima, em 1903, foi fundado no Brasil, o Hospital psiquiátrico de Barbacena em Minas Gerais que, sobretudo ao longo das décadas de 1930 a 1980 receberam inúmeros pacientes, pessoas que fugiam as expectativas normativas (Arbex, 2013). Ademais, “cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder” (Arbex, 2013, p. 12). Entre os muros do Hospital Psiquiátrico de Barbacena, morreram 60 mil pessoas ao longo de seus 18.250 dias de funcionamento.

Durante o internamento as pessoas eram acompanhadas por funcionários que não necessariamente tinham formação na área da saúde e, recebiam tratamentos de choque, dormiam em camas de capim, eram torturados e muitas vezes morriam, mortes essas que eram lucrativas uma vez que, seus corpos eram vendidos. No Brasil, semelhantemente ao cenário internacional, a diferença e os diferentes eram, portanto, algo a ser combatido.

Embora tenha havido algumas tentativas, por parte do jornalismo e alguns profissionais que atuavam nesses locais, de denunciar as violências cometidas, devido à repressão da época – ditadura militar – em relação à circulação de informações as denúncias a esse e outros hospitais não ganharam visibilidade. Nesse sentido, é relevante salientar que, de 1961 a 1979, nenhum jornalista conseguiu transpor os muros do Hospital de Barbacena, “com o país na ditadura militar, desde 1964, e a edição do Ato Institucional número 5 (AI-5) [...] o hospital estava blindado” (Arbex, 2013.p. 188). O hospital funcionou até 1980.

No Brasil, as primeiras concepções médicas do que era o autismo e demais condições, eram de perspectiva psicanalítica (Abreu, 2022; Castro, 2021; Facchinetti e Venâncio, 2006; Lopes, 2017; Torquato, 2014). No entanto, para melhor compreender a história do autismo em âmbito nacional, é preciso relembrar o cenário do país no final do século XIX e início do século XX, no que tange às concepções sobre grupos que fugiam às expectativas normativas.

Nesse sentido, assim como no cenário internacional, supracitado, a eugenia foi também amplamente divulgada no Brasil, sobretudo a partir dos discursos pseudocientíficos do então professor, da Universidade Federal da Bahia, em 1899, Raimundo Nina Rodrigues que, “defendia a existência de particularidades nos negros e nos mestiços brasileiros, com relação a sua psicopatologia e a sua imputabilidade penal” (Castro, 2021. p. 590), afirmando nos seus discursos eugênicos que havia um vínculo entre raça e doença mental, propondo, portanto, o embranquecimento.

Ao longo do século XX, a tese racista passou a ser combatida pela ciência e vagarosamente começou “a dar sinais de enfraquecimento frente às exigências experimentalistas das ciências biomédicas” (Castro, 2021, p.591), isto porque nunca existiu nenhuma evidência/comprovação que havia uma “raça” superior. Atualmente, é cientificamente comprovado que não existem raças humanas (os seres humanos têm 99,9% da sua sequência base no DNA idêntica), não podendo, então, uma etnia ser considerada superior a outra em nenhum aspecto. Dado o exposto, ainda sobre a eugenia no Brasil, o médico baiano Juliano Moreira, passou a defender um maior rigor científico nas pesquisas brasileiras e a lutar por descredibilizar as teses racialistas e consequentemente da ideia de que era necessária uma “higiene racial” para combater as “doenças mentais”.

Em suma, em contraposição à tese de Nina Rodrigues e às teses do branqueamento da população, o psiquiatra Juliano Moreira enfatizava a não relação entre raça, degenerescência e psicopatologia. Em outras palavras, ele



se contrapunha a Nina Rodrigues quanto à crença na inferioridade mental inata do negro e no efeito negativo da mestiçagem para o caráter físico e mental dos brasileiros (Oda, 2003). Assim, Moreira defendia que, em parte, a origem das doenças mentais devia-se a fatores físicos e situacionais (Castro, 2021. p. 592).

Entretanto, mesmo com os questionamentos dos cientistas experimentais, tanto as teorias eugênicas quanto a ideia de que o autismo era causado pela relação afetiva entre mães e filhos perduraram ao longo das décadas. Tendo em vista o exposto, é necessário lembrar outro aspecto brasileiro que permeou o entendimento do que seria o autismo, a perspectiva psicanalítica.

É de fundamental importância ressaltar que, por vezes, ao longo da história, as percepções/propostas de um autor são apropriadas, e utilizadas, de modo acrítico sendo direcionadas para ações que não foram propostas por ele, mas sim, nesse caso, pela ideologia eugenista da época (Lopes, 2017). Por exemplo, o caso de Galton, que se apropriou do termo ciência para defender a sua teoria pseudocientífica sobre raças.

Desta forma, no Brasil, foi feita uma apropriação higienista do discurso psicanalista vigente naquele período (Carraro, 2022; Facchinetti e Venâncio, 2006; Lopes, 2017; Torquato, 2014), ou seja, a psicanálise era discutida e divulgada por renomados psiquiatras e higienistas mentais em seus trabalhos clínicos e conferências (Facchinetti e Venâncio, 2006. p. 7).

Um dos primeiros médicos a ministrar a disciplina freudiana no Brasil foi o psiquiatra Porto-Carrero (Carraro, 2022) que construiu sua carreira profissional no Rio de Janeiro; “Julio Pires Porto-Carrero dedicou-se vigorosamente ao estudo de Freud, criando, em 1926, no Rio de Janeiro, a Clínica de Psicanálise da Liga Brasileira de Higiene Mental” (Torquato, 2014. p. 22) pertencente à Liga Brasileira de Higiene Mental, que havia sido fundada, três anos antes, em 1923, por Gustavo Riedel (Castro, 2021).

A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) foi, então, fundada em um contexto no qual havia “uma propagação das instituições psiquiátricas e, a partir da articulação com a higiene mental” (Lopes, 2019. p. 95). O olhar da LBHM sobre o sujeito era normalizador, sobretudo no que tange às crianças (Carraro, 2022). A liga atuou, também, na produção de conhecimentos pautados na ideia de normalizar aquele que foge às expectativas normativas e não, ampliar sua qualidade de vida (Carraro, 2022; Castro, 2021; Lopes, 2019; Torquato, 2014). Sobre essa atuação da Liga no Brasil, é importante citar:

A partir de 1926, observa-se uma ampliação dos projetos da Liga, ultrapassando os objetivos iniciais. As aspirações eugênicas e de educação dos indivíduos começam a circular no meio escolar, profissional e social. Juliano Moreira se destacou na difusão dessas ideias, preconizando várias medidas a serem tomadas pelos dirigentes brasileiros no sentido de contemplar uma profilaxia das doenças mentais (Torquato, 2014, p. 21).

Novamente, no que tange ao autismo, foi ao longo do século XX que os profissionais brasileiros se aproximaram das teorias freudianas (Carraro, 2022; Castro, 2021; Facchinetti e Venâncio, 2006; Lopes, 2019; Torquato, 2015, 2014). O livro “A doutrina Pansexualista de Freud” de autoria do médico Franco Rocha foi um marco de sua inserção no pensamento psiquiátrico e pedagógico no Brasil e a mesma pode ser compreendida a partir de dois momentos sendo eles a divulgação das perspectivas psicanalíticas e depois sua aplicação terapêutica. Lopes (2019, p. 98) pontua que, “embora os médicos psiquiatras tenham se destacado, no que se refere à incorporação das teorias psicanalíticas, a inserção de tais ideias, principalmente no que diz respeito à psicanálise de crianças, não se restringiu a tal grupo”.

À vista disso, “os psiquiatras, com auxílio da ferramenta psicanalítica, poderiam intervir: era necessário educar o brasileiro, fazendo evoluir seu ‘id’, moldando seu ‘ego’ à civilização” (Castro, 2022, p. 600). A relação entre psicanálise e educação, no Brasil, nesse período, é marcada a partir da criação de duas instituições voltadas ao atendimento escolar: “a Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, no Rio de Janeiro, coordenada por Arthur Ramos; e a Seção de Higiene Mental Escolar, vinculada ao Departamento de Educação do Estado de São Paulo, criada em 1938” (Lopes, 2017, p. 100). Sobre o aspecto social dessa questão, é relevante destacar que:

A conexão entre psicanálise, higiene mental e educação pretendia não apenas interferir naqueles casos em que os educandos tinham dificuldades referentes ao processo de aprendizado ou à adaptação ao ambiente escolar: o objetivo era normatizar a criança, embora também apregoasse uma educação menos repressiva. Assim, a psicanálise se tornou um instrumento utilizado para prevenir e corrigir males nas crianças e, conseqüentemente, no corpo social (Lopes, 2017, p. 101).

Tendo em vista o apresentado, Abreu (2022) descreve que, no Brasil, os primeiros registros sobre autismo, datados da década de 1950, “estavam predominantemente arraigados a uma noção psicanalítica sobre o autismo que, mais tarde, seria questionada pelos primeiros ativistas” (Abreu, 2022, p. 9) isto porque era a perspectiva predominante nas clínicas, cursos de formação de professores e Universidades (Castro, 2021; Facchinetti e Venâncio, 2006; Torquato, 2015; Torquato, 2014). Ademais, embora desde a década de 1930 existissem no Brasil instituições privadas como, por exemplo, a

Sociedade Pestalozzi fundada em 1932 e as APAEs fundadas a partir de 1962, os primeiros congressos e palestras no Brasil sobre autismo tiveram início após 1970 (Abreu, 2022; Nunes, 2014).

Na mesma época, no Reino Unido, em 1965, “psicólogo e pai de autista, Dr. Bernard Rimland, junto a outros sessenta familiares, fundou a National Society for Autistic Children (NASC), hoje chamada de Autism Society of America<sup>7</sup> (ASA)” (Nunes, 2014). A instituição permitiu a divulgação do autismo sob o olhar dos pais, o desenvolvimento de pesquisas e estabeleceu diálogos com professores, atuando também no acesso a serviços para pessoas autistas (Nunes, 2014).

Dentre as décadas de 1980 e 1990 o autismo recebeu maior visibilidade no Brasil, comparado às décadas anteriores, nesse período se deu o “nascimento das primeiras associações influenciadas tanto pelo contexto de redemocratização<sup>8</sup> do país como pela longa história de ativismo de mães e pais de autistas dos Estados Unidos e de partes da Europa” (Lopes, 2019. p. 255).

Em 1983 foi fundada a Associação de Amigos do Autista (AMA) em São Paulo, “considerada a pioneira no segmento das iniciativas ‘independentes e difusas’ na luta pelos direitos dos autistas no país” (Nunes, 2014. p. 15). A AMA exerceu o papel não só de apoio emocional, espaço no qual as famílias podiam partilhar suas experiências, como também, de luta por recursos públicos, busca por atendimento públicos, busca por intervenção adequada e tentativa de eliminação dos estigmas (Nunes, 2014).

Em 1988, fundada pela AMA, em Belo Horizonte, iniciaram-se as primeiras Associação Brasileira de Autismo (Abra), que adquiriu “representação política junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), ao Conselho da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (Corde) e ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)” (Nunes, 2014, p. 16). A AMA<sup>9</sup> se tornou ao longo dos anos uma referência em serviços especializados no país a partir da Análise do Comportamento Aplicada; “às vezes se atribui equivocadamente a Lovaas a invenção da Análise do Comportamento Aplicada, mas, na verdade, ela foi em sua grande parte o trabalho de um grupo de psicólogos em atividade na Universidade de Washington”

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://autismsociety.org/>

<sup>8</sup> A ditadura no Brasil iniciou-se com o golpe Civil-Militar em 31 de março/1 de abril de 1964 e finalizou mais de duas décadas depois, em 15 de janeiro de 1985, tendo sido um período de forte repressão, censura e violação dos direitos humanos.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/>

(Donvan e Zucker, 2017, p. 213), dentre a década de 50 e 60; dentre eles Sidney Bijou, que trabalhou com Skinner.

Nos anos seguintes, entre o final da década de 1990 até o início da década de 2010, houve o fortalecimento do ativismo de familiares (Abreu, 2022). Todavia, segundo Abreu (2022), a participação dos autistas nos debates começou tardiamente:

Diferentemente de outros países como Reino Unido e Austrália, em que pessoas autistas começaram a participar dos debates públicos sobre o autismo na década de 1990, no Brasil ocorreu uma participação tardia que só se consolidou a partir da década de 2010. Por isso, temas como a neurodiversidade, por exemplo, configuraram-se periféricos por muito tempo. Apesar de ser uma associação formada por país, o Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), no Distrito Federal, nos anos 2000, foi a primeira organização a inserir expressões mais ligadas ao ativismo dos autistas, como o Orgulho Autista 2, em seus materiais e slogan (Abreu, 2022, p. 11).

Sobre as causas para a emergência do ativismo autista brasileiro, Abreu (2022) considera vários fatores e não uma única causa. Entre os fatores citados pelo autor estão as atualizações no DSM (aumentando as discussões sobre o tema), a maior representação autista na indústria cinematográfica e televisiva, o aumento de diagnósticos na vida adulta, o acesso a informações na internet e a formação de grupos nas mídias sociais.

Em 27 de dezembro de 2012 a Lei Federal n.º 12.764, também conhecida como Lei Berenice Piana instituiu a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” (Brasil, 2012) a partir da qual as pessoas autistas passaram a ser reconhecidas legalmente como pessoas com deficiência e que, como pontua Nunes (2014, p. 24) “é fruto do reconhecimento público da mobilização de pais-ativistas de todo o país”. Posteriormente, a Lei n.º 13.146/2015 estabeleceu que as pessoas com deficiência têm direito a atendimento “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015).

No entanto, mesmo com o aumento das representações e das discussões sobre autismo, as pessoas autistas e suas famílias continuam sendo alvo de estigma. Há de se questionar, então, se o autista continua sendo entendido sob uma única categoria (ou um número limitado de categorias) e quais são as lacunas de conhecimento que os distanciam – socialmente – da ideia de ser humano completo no século XXI.

## Considerações Finais

Conclui-se que a desconstrução e a construção, de ideias hegemônicas, perpassam o conhecimento científico e o que, de informação, recebe visibilidade. Entretanto, a produção de conhecimento, por vezes, está associada aos ideais do tempo e espaço de seu produtor. É notório que o estigma em relação às pessoas autistas foi respaldado/incentivado por meio da circulação de informações no período da Segunda Guerra e da ditadura, períodos estes marcados pelo combate à diferença e aos diferentes. Por fim, há de se questionar se a produção e veiculação de conhecimento do século XXI são permeadas de estigmas como no passado ou objeto de transformação em prol de uma sociedade equitativa.

---

### HEGEMONIC IDEAS IN THE HISTORY OF AUTISM

**Abstract:** This paper analyzes the history of autism spectrum disorder, exploring how influences from different periods and contexts have impacted the lives of autistic people and their families. During the Second World War, 1943, the first diagnosis of autism was made, which came to be regarded as a new condition; then, based on discourses from several media, the ideas of what autism and the autistic person are like began to be constructed through discourses from various media. These discourses, on the other hand, were supported by the scientific knowledge available, which received visibility at the time, impacting on the existence conditions of this group. However, it is important to emphasize that history is a narrative affected by gender relations and, in some historical periods, by the influence of hegemonic ideas. The paper contributes to understanding how stigmatized ideas about autism were created.

**Keywords:** Autism. History of autism. Stigma.

---

### IDEAS HEGEMÓNICAS EN LA HISTORIA DEL AUTISMO

**Resumen:** Este artículo examina la historia del trastorno del espectro autista y cómo las influencias de diversas épocas y contextos han afectado las vidas de las personas autistas y sus familias. Durante la Segunda Guerra Mundial, en 1943, se realizó el primer diagnóstico de autismo, que quedó documentado. En consecuencia, la idea de qué es el autismo y cómo es una persona autista se ha creado a través de diversos medios. Los discursos, a su vez, estuvieron sustentados en conocimientos científicos disponibles y en estudios producidos y visibles en ese momento, que impactaron las circunstancias de existencia de este grupo. Es importante resaltar que la narrativa se sustenta en las relaciones de género y, en ciertos períodos históricos, en la influencia de ideas hegemónicas. El artículo contribuye a la comprensión de cómo se desarrollaron ideas estigmatizadas sobre el autismo.

**Palabras clave:** Autismo. Historia del autismo. Estigma.

---

## Referências

- ABREU, T. **Narrativas em áudio: análise de conteúdo de podcasts sobre autismo na podosfera brasileira.** 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5-TR.** 5. ed. Washington: APA, 2022.
- ARBEX, Daniela. **O Holocausto brasileiro.** 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BARROS, José D'assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico.** Editora Vozes Limitada, 2017.
- BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília–DF: Presidência da República, 06 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 19 set. 2022.
- CASTRO, R. D. Por uma identidade nacional “moderna” e “regenerada”: a teoria psicanalítica na Liga Brasileira de Higiene Mental (1926). **Tempo.** v. 27, n.3, p. 585–604. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2021v2705> Acesso em: 11 mai. 2024.
- CARRARO, M. **Corrigir e ajustar: as propostas para a educação nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (1925–1947).** 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2022.
- DONVAN, J.; ZUCKER, C. **Outra Sintonia: a história do autismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- DUCATTI, I. A eugenia no Brasil: uma pseudociência como suporte no trato da “questão social”. **Temporalis,** Brasília, v. 15, n. 30, p. 259–280, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10959>. Acesso em: 26 out. 2023.
- EVANS, R. J. **O Terceiro Reich no poder.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2012.
- FACCHINETTI, C.; VENÂNCIO. Entre a psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental,** v. IX, n. 1, p. 151–161, 2006. Disponível em: [SciELO - Brasil - Entre a psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil](https://doi.org/10.1590/S1519-03272006000100008) Entre a psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil Acesso em: 8 mai. 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

JESUS, L. A. **Representações sociais e autismo**: um estudo comparativo com mães e pais. 2022. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2022. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11531799](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11531799). Acesso em: 01 nov. 2023.

LOPES, B. A. A Culpabilização de mães de Autistas ao longo das décadas de 1940 a 1960. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 14, n. 1, p. 178–194, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1113/pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

LOPES, B. A. **Não Existe Mãe-Geladeira**: Uma análise feminista da construção do ativismo de mães de autistas no Brasil (1940–2019). 291 f. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2922/1/BRUNA%20ALVES%20LOPES.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

NUNES, F. **Atuação política de grupos de pais de autistas no Rio de Janeiro: perspectivas para o campo da saúde**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

POSAR, A; VISCONTI, P. Tributo a Grunya Efimovna Sukhareva, a mulher que descreveu pela primeira vez o autismo infantil. **Journal of pediatric neurosciences**, 2017 12(3), 300–301. [https://doi.org/10.4103/jpn.JPN\\_46\\_17](https://doi.org/10.4103/jpn.JPN_46_17)

SHEFFER, E. **Crianças de Asperger**: As origens do autismo na Viena nazista. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SHER, D; GIBSON, J. Pioneering, prodigious and perspicacious: Grunya Efimovna Sukhareva's life and contribution to conceptualising autism and schizophrenia. **European Child & Adolescent Psychiatry**. v. 32. p. 475–490, 2021 Disponível em: [Pioneering, prodigious and perspicacious: Grunya Efimovna Sukhareva's life and contribution to conceptualising autism and schizophrenia | European Child & Adolescent Psychiatry \(springer.com\)](https://doi.org/10.1007/s00127-021-02000-0). Acesso em: 07. Mai. 2024.

TEIXEIRA, I. M.; SILVA, E. P. História da eugenia e ensino de genética. **História da Ciência e Ensino: Construindo Interfaces**, São Paulo, v. 15, p. 63–80, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/28063/22596>. Acesso em: 21 out. 2023.

---

**SOBRE A AUTORA**

**Laíny Larreia da Silva** é mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Críticos e Pesquisas em Desigualdade Social, orientado e desenvolvido pela Profa. Dra. Silvia Melleti.

---

Recebido em 05/10/2024

Aceito em 07/01/2025